



## POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br  
zerohora.com/rosanedoliveira  
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori debora.cademartori@zerohora.com.br 3218-4387

## CONGRESSO VOTA EM RITMO FRENÉTICO

**N**ada como uma Lava-Jato para aumentar a produtividade de deputados e senadores. A quarta-feira foi um dia frenético no Congresso. Enquanto a Câmara debatia a reforma trabalhista, o Senado aprovava, a toque de caixa, o projeto que trata do abuso de autoridade, considerado um empecilho ao trabalho da força-tarefa e o fim do foro privilegiado para parlamentares.

O fim da prerrogativa de foro (exceto para os chefes de poderes) foi aprovado em primeiro turno, por unanimidade, com os votos de 75 senadores. Para que vire lei, ainda precisa passar pelo segundo turno no Senado e por duas votações na Câmara. Por se tratar de emenda constitucional, são necessários os votos de três quintos dos

deputados e senadores.

Esse surto de produtividade tem explicação. Com mais de um terço dos senadores e meia centena de deputados sob investigação na Lava-Jato, citados por delatores da Odebrecht como protagonistas de tenebrosas transações, é preciso mostrar serviço. Ao governo Temer interessa provar ao mercado que não está paralisado e que mantém a capacidade de articulação para aprovar as reformas vendidas como essenciais para a retomada do crescimento e a criação de empregos.

Ainda que tenha de percorrer um longo trajeto até virar lei, o fim do foro privilegiado é uma medida de forte apelo popular. O eleitor que compara a rapidez do juiz Sérgio Moro com a demora do Supremo Tribunal

Federal (STF) em julgar os detentores da prerrogativa de foro se revolta contra esse privilégio, interpretado como sinônimo de impunidade. Ontem mesmo, essa percepção foi reforçada com uma decisão do ministro Gilmar Mendes, que suspendeu depoimento do senador Aécio Neves (PSDB-MG) à Polícia Federal. Aécio seria ouvido sobre um suposto esquema de corrupção em Furnas, mas pediu para falar somente depois de ter acesso aos depoimentos de todas as testemunhas já ouvidas no caso.

As mudanças na lei de abuso de autoridade, mesmo abrangidas pelo relator Roberto Requião (PMDB-PR), foram mal recebidas pelas entidades que representam membros do Judiciário e do Ministério Público. Derrotados na tentativa de impedir a aprovação pelo

Senado, juízes, promotores e procuradores vão agora fazer pressão sobre os deputados.

– Vamos tentar mostrar que essas mudanças não afetam somente a Lava-Jato, mas terão impacto em todos os processos – diz o presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Sérgio Harris.

Na mesma linha, a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) tentará convencer os deputados de que o projeto é “oportunista e prejudicial à magistratura”.

– O projeto ataca a independência do Judiciário – diz o presidente da Ajuris, Gilberto Schäffer.

A Ajuris saudou os senadores gaúchos, Ana Amélia Lemos (PP), Paulo Paim (PT) e Lasier Martins (PSD), que acatarem seus argumentos e votaram contra o projeto.

## BOLA NAS COSTAS DE WESTPHALEN

O anúncio feito pelo Daer no final da tarde de terça-feira, de que todas as linhas intermunicipais de ônibus seriam suspensas amanhã, por conta da greve contra as reformas, deixou o secretário dos Transportes, Pedro Westphalen, em situação delicada.

Westphalen revogou a medida. Fez uma ginástica verbal para minimizar a barbearagem do Daer, mas não conseguiu esconder o desconforto. No fim das contas, colocou panos quentes para não criar uma crise interna.

A ORDEM DE SERVIÇO QUE SUSPENDIA A CIRCULAÇÃO DOS ÔNIBUS AMANHÃ FOI EMITIDA PELA DIRETORIA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DAER. O DIRETOR, LAURO HAGEMANN (PSB), DIZIA QUE O OBJETIVO ERA PRESERVAR A INTEGRIDADE DOS PASSAGEIROS DURANTE O DIA DE MANIFESTAÇÕES.

## VOO AZUL PARA SANTO ÂNGELO

Uma boa notícia dada pela Azul compensou os dissabores do dia anterior para o secretário Pedro Westphalen. A empresa confirmou para o dia 3 de julho o início dos voos entre Porto Alegre e Santo Ângelo. Serão quatro frequências por semana, em um turbôlice Embraer, com capacidade para 72 passageiros.

Com essa nova rota, nenhum município gaúcho ficará a mais de 180 quilômetros de um aeroporto com voo direto para Porto Alegre.

## ALIÁS

**A ordem para revogar a decisão do Daer que paralisaria o transporte intermunicipal de passageiros amanhã foi dada pelo governador José Ivo Sartori, que não quer ser avalista de uma greve contra reformas que ele considera necessárias. O clima no Piratini ficou pesado.**



Leia outras colunas em  
zerohora.com/  
rosanedoliveira



ANDRÉ COSTA/ESTADO ONLINE

## VESTIDO PARA PROTESTAR

presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

– Só vai falar no plenário quem estiver vestido de acordo com os costumes da Casa – avisou Maia.

As regras da Câmara exigem traje passeio completo (terno e gravata), mas admitem exceções como a farda militar e a pilcha gaúcha, que Pompeo

de Matos (PDT) costuma usar.

Os protestos da oposição não conseguiram demover o presidente da Câmara e Assis teve que vestir paletó e gravata para discursar.

A ironia é que Assis, suplente em uma aliança com o PTB, só estava exercendo o mandato porque Michel Temer escolheu o deputado Ronaldo Nogueira para ministro do Trabalho. Resultado do protesto: o governo exonerou o ministro para garantir um voto a mais e Assis ficou a ver navios.

## NÃO É CULPA DO CARTÓRIO

Em resposta à diretoria do Instituto de Previdência do Estado, que transferiu para os cartórios a culpa pelos pagamentos a pensionistas já falecidos, o Sindicato dos Registradores Públicos do Rio Grande do Sul (Sindiregis) divulgou nota contestando a informação.

O Sindiregis diz que o mapa dos óbitos só é encaminhado ao Poder Judiciário se o declarante informar que o falecido era servidor ou pensionista. A partir dessa informação, cabe ao Estado comunicar ao IPE o nome dos servidores para que seus benefícios sejam cancelados.

## NOVO ATRAI CANDIDATOS

Com a proposta de fazer diferente, o Partido Novo tem mais de 460 inscritos em processo inédito de seleção para futuros candidatos a deputado estadual e federal em 2018.

O processo foi aberto no dia 6 de março. No Rio Grande do Sul, se inscreveram 33 candidatos – dois para o Senado e 31 para a Câmara dos Deputados.

Para participar do processo na primeira das quatro fases, esses candidatos pagaram taxa de inscrição, enviaram currículos, produziram um vídeo e fizeram prova de alinhamento com os valores do Novo.